

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

NOTÍCIAS DA ACTIVIDADE CULTURAL. INSTITUTO DE HISTÓRIA E HUMANIDADES.

ALVES, José Maria Gomes

Ano: 1982 | Número: 92

Como citar este documento:

ALVES, José Maria Gomes, Notícias da Actividade Cultural. Instituto de História e Humanidades. *Revista de Guimarães*, 92 Jan.-Dez. 1982, p. 506-515

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

INSTITUTO DE HISTÓRIA E HUMANIDADES

Prosseguiram como se havia dito no número anterior da Revista de Guimarães, as diligências para a concretização deste grande empreendimento em que a Sociedade Martins Sarmento está interessada desde a primeira hora.

Dirigido ao Ex.^{mo} D. Prior da Colegiada foi recebida a carta do Reitor da Universidade Católica que se transcreve.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 1982

Ref. L106/82/39A

Ex.^{mo} e Rev.^{mo}

Mons. António de Araújo Costa

Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

GUIMARÃES

Senhor D. Prior

e Il.^{mo} Amigo,

É-me grato transmitir-lhe, com a presente, a fórmula do Despacho relativo à constituição de uma Comissão de Estudos para as propostas relativas à criação de institutos ou centros de Cultura e formação em História no âmbito da UCP.

Deve-se a problemas resultantes do volume de projectos e propostas recebidos pelos órgãos superiores da UCP, a dilação na transmissão do texto. Do respectivo teor tinha eu já dado conhecimento verbal nos nossos encontros de 16 de Janeiro em Guimarães e 18 do mesmo em Braga, aquando da visita de V. Rev.^a com a Comissão representativa do projecto vimaranense. Por razões análogas e que se prendem com o montante de assuntos ocorrentes por ocasião das celebrações do Dia Nacional da UCP só agora tem vez a comunicação escrita e então prometida para breve.

Quanto à Comissão conclui-se ser de preferir que o núcleo de Lisboa e o de Guimarães desenvolvam os seus estudos em

separado. Funcionário, portanto, duas secções. A conjugação far-se-á mais tarde.

Nem se julga oportuno efectuar por agora reuniões plenárias para as secções antes de, localmente, grupos de peritos regionais recolherem e equacionarem os elementos necessários para os problemas que há fundamentalmente a resolver.

No plano dos órgãos superiores da UCP tais problemas situam-se na questão de possibilidade ou impossibilidade de encontrar a garantia de bases regionais para solução firme dos seguintes pontos:

a) *Autosuficiência para instalação e manutenção dos Cursos ou actividades a instaurar.*

Com efeito a UCP não dispõe de património nem recursos regulares que permitam viabilizar este e outros projectos. A experiência confirma que o sistema de propinas, a nível de 3.500\$00 mensais, agora praticado, até no caso de maior interesse de frequência e saídas profissionais — Economia, Gestão e Direito — não permitem, só por si, fazer face aos encargos sempre crescentes. Para se ter uma ideia basta referir que um Professor a tempo pleno com um Assistente vêm a custar, em 14 meses, com encargos de Previdência, recursos superiores a 1,000 contos anuais.

b) *Previsão fundamentada sobre colocações profissionais em aberto para os diplomados.*

Tratando-se de Cursos humanísticos os mesmos estão muito dependentes de quadros funcionários de Ensino ou Serviços. Que, por sua vez, dado o sistema regulamentador vão sendo providos a título quase consolidado.

c) *Garantia de Instalações, biblioteca e equipamento e dos elementos necessários para provisão dos corpos docentes e directivos.*

Este ponto não parece ser o mais árduo, no caso de Guimarães, quer por recurso a elementos locais quer do Porto e Braga. É no entanto de apreciar em concreto.

Por tais razões, e perante a excelência e vastidão do projecto apresentado — e que mereceu o mais elevado apreço pela sua concepção e categoria — parecera mais oportuno abrir caminho progressivamente concebendo o plano de um Instituto Histórico-Humanístico visando Cursos Complementares e programa de Investigação e Cultura, realizáveis com menos dispêndio.

Concluindo: Tal como nos casos dos anteriores centros extra-ulissiponenses (Braga, Porto, Viseu) a solução básica só pode proceder das entidades regionais.

A Universidade encontra-se aberta à ponderação e agregação de todos os contributos válidos para a sua missão académica. Assim, presentemente, está a considerar a sério uma extensão da Faculdade de Filosofia no Funchal. Fá-lo porém com base em garantias de instalação e manutenção a cargo do Governo Regional e com o correspondente patrocínio diocesano.

Esta perspectiva não é inviável mas poderá tornar-se difícil e até talvez insuficientemente compreendida em mero âmbito autárquico, embora haja exemplos notáveis em Universidades Católicas fora de Portugal.

Também não se vê que o Governo já parco nos subsídios suplementares à UCP (hoje com cerca de 4.000 alunos) possa garantir permanentemente um contrato viabilizador de novos projectos.

O trabalho a realizar em referência e para resposta aos quesitos supramencionados só pode ser efectuado pela Comissão vimaranense promotora do projecto.

A data primeiramente prevista no despacho será ampliada segundo a necessidade. Pode, no entanto, sugerir-se para semana ulterior à Páscoa uma reunião alargada, caso nessa altura exista já um relatório concreto de trabalho para estudo de conjunto.

Acompanhando o desenvolvimento da UCP desde a sua origem, não entendo como novos os problemas propostos. Nem muito menos como obstáculos intransponíveis. O que se verifica é sempre a estratégia do Evangelho sobre a medida dos recursos para a edificação da torre.

Conhecendo o ânimo e visão do grupo que acompanha V. Rev.^a e lembrando mesmo que em Guimarães teve origem, no Mosteiro da Costa, o primeiro Curso da UCP — o Curso Filosófico-Humanístico da Faculdade de Filosofia. — Curso esse em que com vários Professores de Universidades Portuguesas e de outras Instituições de Ensino, participei, persuado-me de que fica em boas mãos o estudo solicitado em ordem ao projecto de História em Guimarães.

Rogo, Senhor D. Prior, se digne transmitir aos demais colegas da Comissão os melhores votos e o testemunho da minha mais viva solidariedade.

JOSÉ BACELAR E OLIVEIRA, S. J.
REITOR

E o *despacho* a que se faz referência.

DESPACHO

RD. N.º 20/81

Homologamos.

Lisboa, 26 de Dezembro de 1981

† António, Card. Patriarca

Assunto: *Comissão de Estudos*
Projecto de História na U. C. P.

Os Estatutos da UCP definem como uns dos objectivos primordiais da instituição «o incremento da cultura nos planos intelectual, artístico, moral e espiritual, como instrumento da realização integral do Homem, inspirado nos valores cristãos» (art. 3.º).

E ainda «a sua inserção na realidade portuguesa, mediante o estudo dos seus problemas e a promoção dos valores culturais da Comunidade nacional» (ib. h).

Estabelecem também que para consecução desta e de outras finalidades «procurará a UCP estar presente no mundo actual, atenta aos problemas do seu tempo e a par do progresso das Ciências», designadamente das que nela são cultivadas.

De acordo com as directrizes enunciadas, revelou-se como de peculiar relevância, na actual fase de implantação e desenvolvimento, conceder especial interesse à área de estudos históricos e ao seu cultivo a partir de princípios de fundamentação e inserção interdisciplinar, com particular relevo para as disciplinas filosóficas e humanísticas.

Nesta linha de rumo e tendo em conta, por um lado, as reflexões expressas na reunião conjunta da CEUCP e CSUCP — Fátima, Novembro de 1981 — e, por outro, as solicitações já formuladas por órgãos da UCP ou mesmo por entidades exteriores à Universidade, foi decidido proceder ao estudo concreto de programas relativos a investigação e ensino, tanto no domínio da História em geral, como, designadamente, da História Nacional, História da Igreja e História das Instituições.

Para o efeito, por ordem do Magno Chanceler e sob sua homologação, o Reitor, usando da faculdade expressa na al. d), do n.º 3, do art. 22.º dos Estatutos, constituiu as seguintes Comissões atribuindo-lhes as funções infradesignadas:

1. a) Comissão de Estudo para um projecto de investigação e ensino de História a concretizar na sede da UCP tendo especialmente em vista o relacionamento interdisciplinar da História com a Filosofia e outros sectores ou departamentos já existentes na Universidade.
- b) Comissão de Estudos para a formação no Norte, com especial atenção a Guimarães, de um centro de investigação ou instituto cultural a inserir no quadro da proposta apresentada ao Magno Chanceler e à Reitoria da UCP.
2. As Comissões devem compreender nos seus estudos não só as questões de âmbito programáticos, geral ou específico, mas as relativas aos problemas de viabilidade dando particular relevo ao de *equacionamento financeiro* e de *saídas profissionais para os diplomados*.
3. As Comissões funcionarão sob a presidência do próprio Reitor, que poderá delegar, e a sua composição será provida da forma seguinte:
 - a) *Comissão da Sede Central*
 - Os Directores das Faculdades de Filosofia, Teologia e Ciências Humanas por si ou por delegados por eles propostos;
 - Prof. de História na Faculdade de Ciências Humanas da UCP apresentado pelo respectivo Director;

- Prof. de História por escolha do Director da Faculdade de Teologia e Secção de Filosofia;
- Um docente ou especialista da área de Filosofia, a propor pelo Director da Secção de Lisboa da Faculdade de Filosofia, de acordo com o Director da Faculdade.

O Reitor poderá agregar outros especialistas ou peritos, não devendo a Comissão exceder um total de 10 elementos.

b) *Comissão de Estudo para as propostas de Guimarães*

- Reitor e Directores de Faculdades por si ou por delegados;
 - 2 elementos apresentados pela Comissão de Guimarães;
 - 2 Professores de História a designar pelo Reitor ouvida a mencionada Comissão local;
 - Elementos das áreas afins da História e das Humanidades, a nomear pelo Reitor ouvido o Director da Faculdade de Filosofia e consultados os elementos locais.
4. Os primeiros relatórios da Comissão devem ser entregues à Reitoria até ao fim de Fevereiro de 1982.
 5. O Reitor manterá o Magno Chanceler ou o Prelado Diocesano informado sobre os nomes de componentes para as Comissões devendo o elenco dos mesmos figurar em anexo a este Despacho.

Lisboa, 30 de Novembro de 1981.

O REITOR

JOSÉ BACELAR E OLIVEIRA, S. J.

Logo imediatamente a seguir, em Abril, constituiu-se a COMISSÃO PROMOTORA DO INSTITUTO HISTÓRICO-HUMANÍSTICO DE GUIMARÃES e desse facto foi dado conhecimento ao magnífico Reitor da Universidade Católica, como se comprova com o documento seguinte, já em papel timbrado, com a designação própria.

**Comissão Promotora do Instituto
Histórico-Humanístico de Guimarães**

Sede provisória: Sociedade Martins Sarmento

4800 GUIMARÃES

Guimarães, 19 de Abril de 1982

Ex.^{mo} Senhor

Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira

Magnífico Reitor da UCP

LISBOA

No prosseguimento das diligências que de há muito vêm sendo feitas e em face do despacho homologado em 26 de Dezembro do ano findo por Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca, Magno Chanceler da UCP, constituiu-se a COMISSÃO PROMOTORA DO INSTITUTO HISTÓRICO-HUMANÍSTICO DE GUIMARÃES, Secção de Guimarães, composta por várias individualidades que pertenceram à Comissão do Congresso Histórico de 1979 e outras pessoas interessadas, nomeadamente:

*Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral
Embaixador António Leite de Faria
Monsenhor António de Araiijo Costa
Engenheiro José Maria Gomes Alves
Engenheiro Alberto Costa Guimarães
João Maria Rodrigues Martins da Costa
Manuel Alves de Oliveira
D. Maria Manuela de Melo
Dr. Joaquim de Oliveira Bragança
Antonino Dias Pinto de Castro*

Esta COMISSÃO, reunida no Priorado de N.^a S.^a da Oliveira, resolveu desde logo o seguinte:

1 — Designar os Senhores Eng.^o Alberto Costa Guimarães e Eng.^o José Maria Gomes Alves, para integrarem a Comissão de Estudo, apontada na alínea b) do referido despacho;

2 — Propor ao Magnífico Reitor da UCP as pessoas dos Profs. Doutores Luís de Oliveira Ramos e Luís Adão da Fonseca para fazerem parte da mesma, devendo dar-se-lhes imediato conhecimento e solicitar a sua anuência;

3 — Sugerir alguns nomes das áreas afins da História e das Humanidades, residentes em Guimarães ou muito ligadas a ela, para se integrarem na mesma Comissão, por nomeação do Magnífico Reitor, nomeadamente: — Dr. Fernando Conceição; Dr.^a Norberta Betencourt Amorim e D. Adelaide Moraes;

4 — Estabelecer imediatos contactos com o Ex.^{mo} Director da Faculdade de Filosofia de Braga, Prof. Doutor Júlio Fragata, o que se fez imediatamente, com perspectivas animadoras, principalmente no que diz respeito às instalações a utilizar imediata-

mente na Sociedade Martins Sarmiento, com carácter provisório e as instalações futuras no edifício do Largo do Carmo a ceder pela Sociedade Martins Sarmiento e à formação do corpo docente;

5 — Iniciar imediatos contactos para a formação de uma Comissão de Meios, sugerindo-se desde já os seguintes membros:

D. Prior da Colegiada de Guimarães
Arcipreste de Guimarães
Antonino Dias Pinto de Castro
João Maria Rodrigues Martins da Costa
D. Maria Manuela Melo

6 — Iniciar imediatamente os contactos para a formação de uma Comissão Instaladora, sugerindo-se desde já os seguintes membros:

António Augusto Duarte Xavier, (em representação da
Câmara Municipal de Guimarães)
Eng.º José Maria Gomes Alves (em representação da
Sociedade Martins Sarmiento)
João Maria Rodrigues Martins da Costa e
Prof. Doutor Júlio Fragata (em representação da UCP)

7 — Dar conhecimento oficial desta iniciativa aos Presidentes das Câmaras Municipais da Região, por acção directa da COMISSÃO PROMOTORA;

8 — Finalmente fazer chegar ao conhecimento do Magnífico Reitor da UCP e de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz este itinerário já percorrido, reiterando-lhes de novo o nosso propósito de levar por diante as diligências necessárias para que este grande empreendimento se concretize, tendo já contactado diversas autoridades académicas que prometeram dar o seu inteiro apoio a uma iniciativa de tão grande alcance, ao mesmo tempo que conta com o apoio generalizado da população de toda a Região.

Continuaremos as diligências na linha preconizada pela comunicação de 11 de Fevereiro deste ano (Ref. L106/82/39A) das quais daremos oportunamente conhecimento a V. Ex.^a, nomeadamente quanto à prospecção do número de alunos que poderiam acorrer logo ao primeiro ano.

Apresentando a V. Ex.^a os nossos melhores cumprimentos e continuando a confiar no seu alto patrocínio, subscrevemo-nos

Atenciosamente

MONS. ANTÓNIO DE ARAÚJO COSTA
 ENG.º JOSÉ MARIA GOMES ALVES
 ENG.º ALBERTO DA COSTA GUIMARÃES
 JOÃO MARTINS DA COSTA
 ANTONINO DIAS PINTO DE CASTRO
 MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

Proseguindo os trabalhos foi depois remetida a várias Entidades da região a circular que também se transcreve.

Comissão Promotora do Instituto Histórico-Humanístico de Guimarães

Sede provisória: Sociedade Martins Sarmento

4800 GUIMARÃES

Guimarães, 14 de Setembro de 1982

CIRCULAR N.º 1

Na sequência de um dos votos do CONGRESSO HISTÓRICO SOBRE GUIMARÃES E A SUA COLEGIADA, aqui efectuado em 1979, foram feitas diligências preliminares contemplando a criação local do INSTITUTO DE HISTÓRIA E HUMANIDADES.

Tais diligências, sempre morosas em iniciativas de tal envergadura, mas de indiscutível valor e acuidade para Guimarães, bem como para o próprio País que fomos, somos e queremos ser, fiel aos perenes valores de Sua Autêntica História, conduziram à criação de uma Comissão Promotora para a Instalação de tal Instituto.

Essa Comissão, recentemente constituída, para corporizar o visado objectivo de dotar a Região com um novo estabelecimento de Ensino Universitário e Investigação Científica no domínio da História, obteve a homologação da Superior orientação pedagógica e científica da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

Assim, dando grato conhecimento público de tal homologação, deseja divulgar também a resolução de iniciar imediatamente os trabalhos para a concretização e instalação do referido INSTITUTO, com a intenção de conseguir o início dos trabalhos lectivos no mais curto espaço de tempo.

Tratando-se de um Instituto Universitário de carácter particular que há-de ministrar cursos superiores com equivalência ao ensino oficial, espera a Comissão Promotora, e logo de seguida a Comissão Instaladora a nomear brevemente, poder contar com a colaboração de todos os vimezanenses sem excepção e de uma forma geral de todas as entidades públicas e privadas da Região, no sentido de lhes prestarem a colaboração e os meios indispensáveis para o arranque e consolidação da iniciativa de tão elevado alcance.

Destaca-se que em audiência realizada em 19 de Abril passado, o Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara de Guimarães, se mostrou totalmente aberto à indispensável colaboração em tal iniciativa, pois não pode esquecer-se o que significou para Guimarães o Congresso Histórico de 1979, cujas Actas constituem riquíssimo

repositório de investigação, séria e profunda e são fonte extraordinária de consulta para o estudo da autêntica História de Portugal que aqui nasceu.

Salienta-se também a magnífica colaboração oferecida, desde a primeira hora, pela Sociedade Martins Sarmento, a qual, pondo à disposição a sua Sede e todo o seu valiosíssimo património cultural, virá resolver, ainda que com carácter provisório, o problema das instalações.

Acrescente-se ainda que os Cursos de História, com saídas várias, estudadas com vista a uma aplicação prática e imediata às necessidades do meio, constituindo objectivo prioritário, embora se pense já em incluir novas formas de ensino Superior, sempre relacionadas com as Humanidades.

Muito em breve uma Comissão de Meios iniciará os indispensáveis contactos a fim de angariar fundos para o efeito, tanto quanto possível imediato.

A Comissão Promotora

MONSENHOR ANTÓNIO DE ARAÚJO COSTA
 EMBAIXADOR DR. ANTÓNIO LEITE DE FARIA
 ENG.º JOSÉ MARIA GOMES ALVES
 MARIA MANUELA FOLHADELA DE MELO COSTA
 ENG.º ALBERTO DA COSTA GUIMARÃES
 JOÃO MARTINS DA COSTA ALDÃO
 ANTONINO DIAS PINTO DE CASTRO
 MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
 P.º DR. JOAQUIM DE OLIVEIRA BRAGANÇA
 OVÍDIO FRANCISCO LEÃO DE MACEDO

Obtiveram-se desde logo algumas adesões e ofertas de colaboração, nomeadamente das Câmaras Municipais de Fafe e Santo Tirso.

Entretanto e sentindo-se certa dificuldade em dar imediato andamento a este processo, por razões que tem a ver com o estabelecimento de novos Cursos Universitários e suas prioridades no âmbito da própria Universidade, surgiu a ideia de encetar diligências para a organização de um CURSO DE CIÊNCIAS DE INFORMAÇÃO, de carácter universitário e de igual modo integrado na Universidade Católica.

Com efeito de há muito que o GABINETE DE IMPRENSA DE GUIMARÃES, na pessoa do seu Presidente da Direcção e nosso consócio, Dr. João Barroso da Fonte, vinha insistindo com o Presidente da Direcção da Sociedade Martins Sarmento, no sentido de se dar imediato corpo a esta ideia, que não prejudicando

a anterior, por certo angariaria mais fácil penetração na Universidade por se tratar de um Curso não permanente que já foi realizado em Lisboa, com certo êxito.

Por aqui se quedaram as diligências feitas sobre este importante problema que serão retomados no ano seguinte.